



André Szklo e Paulo Corrêa participaram do evento, apresentado por Marcela Roriz, da Divisão de Controle do Tabagismo



Indústria do cigarro mantém preço baixo e usa aromatizantes para atrair consumidor

O cigarro legal no Brasil é o segundo mais barato da região das Américas, e a diferença de preço para os produtos contrabandeados nunca esteve tão pequena. Enquanto que, após a reforma tributária de 2012, o preço médio do produto legal era quase 150% maior do que o preço do ilegal, recentemente essa diferença caiu pela metade. Essas e outras informações foram divulgadas em evento virtual, transmitido pela TV INCA, que celebrou o Dia Nacional de Combate ao Fumo, comemorado em 29 de agosto.

Os números refletem a falta de reajuste, desde 2017, nas alíquotas do imposto sobre o cigarro e no preço mínimo estabelecido por lei. Um efeito negativo imediato do enfraquecimento da política de preços e impostos é observado pela tendência de aumento da proporção de fumantes entre os adolescentes brasileiros, principalmente as meninas. As análises fazem parte do estudo *The cigarette market in Brazil: new evidence on illicit practices from the 2019 National Health Survey*, desenvolvido pelo INCA em parceria com a Universidade de Illinois (EUA).

Tributação seletiva

O pesquisador da Divisão de Pesquisa Populacional da Coordenação de Prevenção e Vigilância (CONPREV) André Szklo, autor do artigo, defendeu a criação de um imposto específico no país. “O Brasil tem sido líder mundial no combate à epidemia do fumo. Apesar disso, os últimos resultados não são animadores. A pesquisa pode apoiar as discussões atuais da reforma tributária no sentido de reforçar a necessidade de termos um imposto seletivo para os produtos derivados do tabaco”, afirmou.

Em 2019, segundo a Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), cerca de 40% dos cigarros consumidos no país pertenciam

a marcas que entraram no Brasil de forma ilegal. Mesmo que, desde 2016, o Brasil venha observando queda nesta proporção, o percentual ainda é elevado. De acordo com a PNS, mais de 25% das marcas ilegais eram vendidas a um preço igual, ou levemente superior, ao preço mínimo definido por lei para os legalizados, estagnado em R\$ 5,00 por maço desde aquele mesmo ano.

Atraindo o público jovem

A incorporação de aditivos é uma das táticas da indústria tabageira para atrair fumantes, em especial o público mais jovem. A coordenadora da unidade técnica de Determinantes da Saúde, Doenças Crônicas não Transmissíveis e Saúde Mental da Organização Pan-Americana da Saúde no Brasil (Opas), Elisa Prieto, informou que relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) identificou mais de 17 mil sabores em produtos do tabaco. Desde os anos 1920, as empresas começaram a adicionar mentol aos cigarros, conforme acrescentou o coordenador da Comissão Científica de Tabagismo da Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia, Paulo César Corrêa.

A representante da Secretaria-Executiva da Comissão Nacional para Implementação da Convenção-Quadro sobre Controle do Uso do Tabaco e de seus Protocolos, Cristiane Vianna, também defendeu aumento na tributação do tabaco. A chefe da Divisão de Controle do Tabagismo e Outros Fatores de Risco da CONPREV, Maria José Giongo, enfatizou a importância do Dia Nacional de Combate ao Fumo para alertar a sociedade sobre problemas causados pelo tabaco. E Márcia Sarpa, coordenadora de Prevenção e Vigilância, destacou o caráter pediátrico do tabagismo, já que a indústria tem, nas crianças e adolescentes, os alvos mais buscados.